

**COLONIALISMO, DICOTOMIA E SUBALTERNIZAÇÃO: A  
ESCALADA DOS CONFLITOS NO ORIENTE MÉDIO  
CONTEMPORÂNEO E A CONSTRUÇÃO POLÍTICA DO PALESTINO  
COMO *OUTRO* NO CAMPO INTERNACIONAL**

**COLONIALISM, DICHOTOMY AND SUBALTERNIZATION: THE  
ESCALATION OF CONFLICTS IN THE CONTEMPORARY MIDDLE  
EAST AND THE POLITICAL CONSTRUCTION OF THE  
PALESTINIAN AS OTHER IN THE INTERNATIONAL ARENA**

Juan Filipe Magalhães

Pós-doutorando pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutor e mestre em História pelo programa (PPGHC/UFRJ). Membro do Coletivo de Pesquisas Quilombo da UFRJ, do Observatório do Trabalho na América Latina (OTAL/UFRJ) e do Quilombo do IFCS(UFRJ).

Isadora Gonçalves França

Doutoranda em História Comparada, pelo Programa de Pós-graduação em História Comparada da UFRJ (PPGHC/UFRJ). Mestre em História Comparada pelo mesmo programa (PPGHC/UFRJ).

## RESUMO

O presente artigo tem como objetivo estabelecer um paralelo entre a nova escalada dos conflitos no Oriente Médio e as teorias pós-coloniais na História e nas Relações Internacionais. Os discursos proferidos pelo *mainstream*: sejam líderes do Estado de Israel, de países ocidentais ou da imprensa hegemônica se apresentam como uma estratégia política de desumanização do povo palestino, inseparável de seu passado/presente colonial. As análises pós-coloniais, em especial, nas ideias de Edward Said, Aníbal Quijano, Boaventura de Souza Santos e Frantz Fanon, utilizadas como ferramentas analíticas para entender a construção política e dicotômica do palestino como o *outro* oriental, localizado abaixo da linha abissal e constituído como sub-humano/não-ser, possibilita a conclusão que o discurso ocidental moderno apaga a identidade palestina, reduzindo-a a um estado de desaparecimento e/ou subalternização física e epistêmica.

## PALAVRAS-CHAVE

Oriental/Ocidental. Ser/não ser. Linha abissal. Humano/sub-humano. Europeu/não-europeu.

## ABSTRACT

This article aims to establish a parallel between the new escalation of conflicts in the Middle East and post-colonial theories in History and International Relations. The speeches uttered by the mainstream: be they leaders of the State of Israel, Western countries or the hegemonic press, are presented as a political strategy for dehumanizing the Palestinian people, inseparable from their colonial past/present. Post-colonial analysis, especially in the ideas of Edward Said, Aníbal Quijano, Boaventura de Souza Santos and Frantz Fanon, used as analytical tools to understand the political and dichotomous construction of the Palestinian as the oriental other, located below the abyssal line and constituted as sub-human/non-being, makes it possible to conclude that modern Western discourse erases Palestinian identity, reducing it to a state of disappearance and/or physical and epistemic subalternization.

## KEYWORDS

Eastern/Western. Being/non-being. Abyssal line. Human/sub-human. European/non-European.

## COLONIALISMO, DICOTOMIA E SUBALTERNIZAÇÃO: A ESCALADA DOS CONFLITOS NO ORIENTE MÉDIO CONTEMPORÂNEO E A CONSTRUÇÃO POLÍTICA DO PALESTINO COMO *OUTRO* NO CAMPO INTERNACIONAL

### INTRODUÇÃO

“Estamos impondo um cerco total à Gaza. Sem eletricidade, sem comida, sem água, sem gás, tudo bloqueado... Estamos lutando contra animais e agimos em conformidade”

( GALLANT, 2023)

O Estado de Israel tem acumulado violações ao Direito Internacional. De acordo com a Convenção de Genebra, podemos afirmar que estão sendo cometidos crimes de guerra no Oriente Médio. Tanto a convenção III<sup>23</sup>, que se refere às garantias mínimas à dignidade humana e proibição de tortura à prisioneiros de guerra, quanto a IV<sup>24</sup>, a qual protege civis em contextos beligerantes, não importando a sua nacionalidade ou território em que residam, vem sendo, ambas, sistematicamente, desrespeitadas. Ainda que possamos reivindicar um vasto arcabouço jurídico internacional o qual versa sobre a proteção à pessoa humana, como essas garantias podem ser asseguradas na prática? Como garantir o respeito aos Direitos Humanos, em um conflito em que o *outro* não é considerado humano?

Não é coincidência que o discurso proferido por líderes israelenses e ocidentais venha no sentido de desumanização daqueles que estão sendo desterritorializados e assassinados não só fisicamente, como epistemicamente. Herdeiro do colonialismo europeu, o Estado judeu foi financiado inicialmente pela Grã-Bretanha que almejava um aliado fiel no Oriente Médio e viu com interesse a ideia de Theodor Herzl<sup>25</sup> sobre sua criação. A localização geopolítica da Palestina era estratégica na medida em que ficava próxima de fontes de petróleo e rotas comerciais importantes. A justificativa religiosa estava alinhada com as ambições políticas e

---

<sup>23</sup>Convenção de Genebra III. Relativa ao tratamento de prisioneiros de guerra. Ocorreu em Genebra em 12 de agosto de 1949. Os artigos desta convenção estão disponíveis no site: <<https://ihl-databases.icrc.org/en/ihl-treaties/gciii-1949>>. Acesso em 28 out. 2024.

<sup>24</sup>Convenção de Genebra IV. Relativa à proteção de pessoas civis em tempo de guerra. Ocorreu em Genebra em 12 de agosto de 1949. Os artigos desta convenção estão disponíveis no site: <https://ihl-databases.icrc.org/en/ihl-treaties/gciv-1949>>. Acesso em 28 out. 2024.

<sup>25</sup>Um dos pioneiros do movimento sionista foi o jornalista judeu austríaco Theodor Herzl, que, em 1896, publicou o livro O Estado Judeu. Neste livro Herzl teorizou sobre a criação de um Estado judeu e a construção de uma nação judaica, além de fazer apontamentos sobre imigração judaica, compra de terras e uma legislação que assegurasse a criação desse Estado. Um ano depois na Suíça, durante primeiro congresso sionista, Herzl se tornou o presidente da recém fundada Organização Sionista Mundial.

econômicas não só do imperialismo britânico, como de outros países europeus, como é o caso da França, a qual tinha os mesmos interesses dos britânicos (ADWAN; BAR-ON; NAVEH, 2012;14). Posteriormente, após a oficialização do Estado de Israel, em 1948, os incentivos financeiros e tecnológicos passaram a ser concedidos pelos Estados Unidos, mesmo em um contexto pós-Guerra Fria. Também, não por acaso, que só no ano de 2022, Israel tenha gasto mais de 20 bilhões de dólares em aparato militar, um valor que chega a 5,3% de seu PIB<sup>26</sup>.

Após a escalada dos conflitos em outubro de 2023, Israel iniciou um intenso bombardeio aéreo e terrestre, matando milhares de civis (principalmente mulheres e crianças<sup>27</sup>) e destruindo boa parte da Faixa de Gaza. Além disso, o Estado israelense, com seu sofisticado sistema de tecnologia militar,<sup>28</sup> cortou os serviços essenciais destinados à população, bloqueou a entrada de combustível e ajuda humanitária, além de bombardear veículos que transportavam remédios e alimentos à região.<sup>29</sup>

---

<sup>26</sup> Disponível em: <[https://www.sipri.org/sites/default/files/2024-04/2404\\_fs\\_milex\\_2023.pdf#page=2](https://www.sipri.org/sites/default/files/2024-04/2404_fs_milex_2023.pdf#page=2)>. Acesso em 19 nov de 2024.

<sup>27</sup> Segundo especialistas da ONU, a maioria das vítimas de ataques sionistas à palestinos em Gaza é de mulheres e crianças. Até o dia 29 de abril de 2024 (em apenas seis meses da escalada do conflito), de 34.488 palestinos mortos em Gaza, 14.500 eram crianças e 9.500 eram mulheres (Disponível em: <<https://www.ohchr.org/en/press-releases/2024/05/onslaught-violence-against-women-and-children-gaza-unacceptable-un-experts>>. Acesso em 27 nov 2024). A organização humanitária Oxfam, em outubro de 2024 (um ano após a escalada do conflito), também publicou que o genocídio sionista em Gaza matou mais mulheres e crianças do que qualquer outro conflito nos últimos 20 anos (Disponível em: <<https://www.oxfam.org.uk/media/press-releases/more-women-and-children-killed-in-gaza-by-israeli-military-than-any-other-recent-conflict-in-a-single-year/>>. Acesso em 27 nov 2024).

<sup>28</sup> Para mais detalhes sobre a assimetria bélica na Faixa de Gaza ver: MAGALHÃES; Juan. O Dilúvio de Al Aqsa e a assimetria bélica na Faixa de Gaza. Le Monde Diplomatique. Agosto 2024. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/o-diluvio-de-al-aqsa-e-a-assimetria-belica-na-faixa-de-gaza/> Acessado em 11 de dezembro de 2024.

<sup>29</sup> Encontramos pelo menos quatro casos noticiados. Um no dia 5 de fevereiro de 2024 (Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2024/02/21/israel-ataca-comboio-humanitario-em-gaza-apos-rota-ter-sido-autorizada-pelo-exercito-revelam-documentos-da-onu.ghtml>>. Acesso em 26 nov 2024) outro no dia 29 de fevereiro de 2024 (Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2024/02/29/disparos-israelenses-deixam-dezenas-de-mortos-em-gaza-dizem-autoridades-palestinas-israel-esta-investigando-o-caso.ghtml>>. Acesso em 26 nov 2024), o terceiro em 29 de agosto de 2024 (Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2024/08/30/israel-ataca-gaza-e-atinge-veiculo-de-ong.htm>>. Acesso em 26 nov 2024) e o último, embora não esteja noticiado de forma clara que o ataque ao comboio que levava alimentos à Gaza foi realizado pelo exército israelense, notícia que Israel sabia anteriormente a rota em que o comboio passaria e que, inclusive, instruiu o comboio a passar pela rota em que os caminhões foram saqueados (Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2024/11/18/caminhoes-saqueados-gaza.htm>>. Acesso em 26 nov de 2024).

Quem acompanhou as notícias pelos veículos da grande mídia<sup>30</sup> ou mesmo através do discurso de líderes israelenses e outros chefes de Estados ocidentais<sup>31</sup> foi informado através da narrativa hegemônica que começava uma *guerra* entre Israel e Hamas e os ataques israelenses à Faixa de Gaza eram apenas uma *resposta*. Contudo, uma análise mais ampla, permite compreender que o evento funesto se tornava mais um capítulo da histórica *questão palestina*.<sup>32</sup>

Sabendo a importância que a narrativa tem num cenário de disputa interpretativa sobre um determinado evento procuramos estabelecer neste artigo um paralelo entre a nova escalada do conflito no Oriente Médio (2023-2024) e as filosofias pós-coloniais. A partir de discursos proferidos por meios hegemônicos, sejam através de líderes do Estado de Israel e de outros Estados que apoiam as decisões de Netanyahu ou pela grande mídia ocidental, refletimos sobre como funciona a lógica do pensamento moderno/colonial aplicada à colonização do território palestino. A denominação de palestinos como “animais”, “terroristas”, sub-humanos, ou até mesmo sua generalização como “árabes”, são componentes de um discurso de legitimação do processo de apagamento a qual são submetidos.

Essa política dicotômica busca demarcar uma fronteira entre o Ocidente e o “outro”. O discurso da mídia hegemônica induz o leitor ou telespectador a adotar um ponto de vista específico. Mas também reduz a complexidade do fato que está sendo noticiado em uma única narrativa, envolvendo ideias que levam o leitor a entender que existe uma equidade de forças entre as partes, ou adotando um discurso que direciona o leitor a acreditar que a *guerra* é apenas contra o Hamas, ainda que milhares de civis estejam sendo atacados e mortos, ou até mesmo adotando a narrativa que classifica o Hamas como uma organização terrorista e Israel como vítima, ainda que o Estado de Israel se comporte como um *Necro-Racista-Estado* (DE MORAES, 2020).

Para além das narrativas midiáticas hegemônicas, existem os discursos de líderes políticos aos quais a mídia vem a corroborar. A fala destacada no início deste texto, proferida

---

<sup>30</sup> Sobre análise de discursos e narrativas da grande mídia nacional no contexto dos movimentos sociais de 2013, consultar FRANÇA, Isadora G. A Estrutura Ocidentalizada da imprensa no Brasil através da transmissão da Revolta dos Governados de 2013. Revista Estudos Libertários. v.3, p. 113, 2021. (Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/estudoslibertarios/article/view/41053>>. Acesso em 12 dez 2024).

<sup>31</sup> O exemplo mais emblemático e também mais óbvio veio do presidente dos Estados Unidos, Joe Biden que declarou, imediatamente no dia 7 de outubro de 2023, estar totalmente de acordo com Israel e declarando que seu apoio ao Estado judeu era “sólido como uma rocha e inabalável” (Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/mundo/biden-diz-que-apoio-dos-eua-a-israel-e-solido-como-uma-rocha-e-inabalavel/>>. Acesso em 27 nov 2024).

<sup>32</sup> Ao citar *A questão palestina*, tomamos como referência o livro de mesmo nome, de Edward Said (Said, 2012).

por Yoav Gallant, ministro da defesa de Israel, igualando palestinos a animais é um exemplo que ilustra a prática de apagamento e/ou inferiorização de seres humanos. O apoio incondicional de países ocidentais às ações militares de Israel em Gaza (ou na Cisjordânia, no Líbano, Síria, Irã etc.) contribuem para que esse apagamento físico e epistêmico continue acontecendo. O ocidente se mostra determinado a prosseguir diretamente neste processo de desumanização, ou indiretamente apoiando politicamente, militarmente e financeiramente, às ações de quem desumaniza. Joe Biden, por exemplo, declarou apoio total a Israel: *Os EUA estão com o povo de Israel, nunca deixaremos de apoiá-los (...) O apoio do meu governo à segurança de Israel é sólido como uma rocha e inabalável*<sup>33</sup>.

Outro posicionamento que corrobora com tudo isso é o do primeiro-ministro do Reino Unido, Rishi Sunak. Sunak defende que Israel possui “direito à autodefesa”, ainda que esse direito seja uma prerrogativa de populações de territórios ocupados, e não de Estados ocupantes, segundo o Direito Internacional<sup>34</sup>. Legalmente, Israel não poderia alegar legítima defesa de uma população que está situada em um território ocupado ilegalmente pelo próprio Estado de Israel e como potência ocupante, não tem o direito de entabular guerra em territórios por ele ocupados, como é o caso de Gaza, da Cisjordânia e de Jerusalém, por exemplo. Trata-se de uma inversão total do princípio da legítima defesa. Por outro lado, atacar escolas, hospitais, ambulâncias ou atingir civis com fósforo branco<sup>35</sup> não pode ser interpretado como legítima defesa e de fato não o é, segundo o Direito Internacional, mas sim como crimes de guerra. Sunak chegou ao ponto de afastar do governo o deputado conservador Paul Briston, após este argumentar que um cessar-fogo em Gaza teria o efeito não só de salvar vidas, como facilitaria a chegada de ajuda humanitária na região.

---

<sup>33</sup> Fala retirada da matéria da BBC News Brasil, “Quais países apoiam e quais condenam a resposta militar de Israel aos ataques do Hamas”. (Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/articles/cj78d7gzkl3o>>. Acesso em 28 nov 2024).

<sup>34</sup> O Artigo 51 da Carta da ONU (Disponível em: <<https://www.un.org/es/about-us/un-charter/full-text>>. Acesso em 6 dez 2024) autoriza uso da legítima defesa em caso de ataque armado externo a um membro das Nações Unidas. Porém, esse direito não é válido quando a ameaça vem de dentro do território controlado pelo Estado. A Corte Internacional de Justiça (CIJ) (Disponível em: <<https://www.icj-cij.org/sites/default/files/2024-10/2023-2024-es.pdf>> Acesso em 6 dez 2024) reiterou (página 57 do documento), em 2024, sua opinião (já emitida em 2004) sobre a ilegalidade da ocupação de Israel em território palestino. Ou seja, Israel é uma potência que ocupa ilegalmente um território, portanto não pode alegar legítima defesa e travar guerra dentro de um território que sequer é seu.

<sup>35</sup> Israel utilizou fósforo branco em operações militares em Gaza e no Líbano. (Disponível em: <<https://www.hrw.org/pt/news/2023/10/16/israel-white-phosphorus-used-gaza-lebanon>>. Acesso em 28 nov 2024).

Outros chefes de Estado ocidentais, como Macron (França), Scholz (Alemanha), Meloni (Itália) e os já citados, Biden e Sunak declararam publicamente apoio a Israel no dia 9 de outubro de 2023:

Nós – o presidente Macron da França, o chanceler Scholz da Alemanha, a primeira-ministra Meloni da Itália, o primeiro-ministro Sunak do Reino Unido e o presidente Biden dos Estados Unidos – expressamos nosso firme e unido apoio ao Estado de Israel e nossa condenação inequívoca ao Hamas e seus terríveis atos de terrorismo (...). Nossos países apoiarão Israel em seus esforços para se defender e proteger seu povo contra tais atrocidades. Ressaltamos ainda, que este não é um momento para qualquer parte hostil a Israel explorar esses ataques em busca de vantagens (Embaixada e Consulado dos Estados Unidos no Brasil, 2023, s/p).

Esses discursos e narrativas acabam por legitimar ações de extermínio de populações inteiras. Desta vez, estamos falando do povo palestino, mas se considerarmos eventos anteriores, como foi o caso do Colonialismo, isso também foi praticado contra populações africanas e pindorâmicas. É nesse sentido que nos propomos a entender, à luz das teorias pós-coloniais, como o sujeito palestino foi produzido pelo discurso ocidental como o *outro*, o *inimigo* e como esse discurso é perpetuado pelo ocidente. Para isso, traremos as dicotomias apresentadas por Edward Said (ocidente, oriente)<sup>36</sup>, de Aníbal Quijano<sup>37</sup> (europeu/não europeu), Boaventura de Souza Santos (humano, sub-humano)<sup>38</sup> e Frantz Fanon (ser/não ser)<sup>39</sup>. Além disso, procuraremos demonstrar como o sujeito palestino é colocado em situação de inferioridade.

## A CONSTRUÇÃO DO SUJEITO ORIENTAL COMO *OUTRO*

“...o oriental é descrito como algo que se julga (como um tribunal), algo que se estuda e descreve (como num currículo), algo que se disciplina (como numa escola ou prisão), algo que se ilustra (como num manual de zoologia). O ponto é que em cada um desses casos o oriental é contido e representado por estruturas dominadoras” (SAID; 2007:73,74).

A passagem acima, retirada do livro “*Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*”, de Edward Said (2007) abordada sobre como o sujeito oriental foi descrito no Ocidente *pelo* Ocidente a partir da fala de dois políticos ingleses, Balfour e Cromer: sujeitos

<sup>36</sup>SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Editora Companhia das Letras, 2007.

<sup>37</sup>QUIJANO, Aníbal. “Colonialidad del poder y clasificación social”. *Journal of world-systems research*, v. 11, n. 2, p. 342-386, 2000.

<sup>38</sup>SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Novos estudos CEBRAP*, p. 71-94, 2007. p. 79.

<sup>39</sup>FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: Ed. UFBA, 2008. pág. 26.

ocidentais descrevem o sujeito oriental como *algo*. *Algo* que pode ser julgado, descrito, estudado, disciplinado e ilustrado. E assim, o sujeito e o mundo oriental foram criados, mas o que chama a atenção na criação do *outro* através do discurso é exatamente o fato de que quem proferiu o discurso conseguiu propagá-lo ao ponto dele se tornar uma *verdade*.

Said dá três definições para *Orientalismo*: primeiro, a categoria é definida como um campo acadêmico. Segundo, como uma distinção ontológica e epistemológica entre Oriente e Ocidente e terceiro, como um discurso de poder. O autor nos mostra que *Orientalismo* foi uma categoria criada pelo europeu e, este também, criou a si próprio a partir da dicotomia estabelecida com o Oriente. Assim também o sujeito oriental foi construído e idealizado pelo sujeito ocidental.

Quando Said nos diz que *Orientalismo* é um campo acadêmico, está se referindo a um campo de pesquisa: “*quem ensina, escreve ou pesquisa sobre o Oriente - seja um antropólogo, um sociólogo, um historiador ou um filólogo - nos seus aspectos específicos ou gerais é um orientalista, e o que ele ou ela faz é Orientalismo*” (SAID, 2007: 28) e, ainda que o termo tenha sido substituído por *estudos orientais* ou *estudos de área* continua sendo um campo no qual sobrevivem teses e doutrinas sobre o Oriente e sobre o sujeito oriental. Esta categoria, todavia, ultrapassou os muros da academia e alcançou a cultura popular através de livros, histórias, da indústria cinematográfica, entre outros canais, influenciando artes, políticas públicas, criando e ajudando a perpetuar uma imagem distorcida do Oriente.

O grande número de obras de literatura, romances, poesias, filosofia, teoria política econômica sobre o Oriente escritas a partir do Ocidente, mas sobretudo, tendo como ponto de partida uma distinção básica entre *Leste* e *Oeste* para elaborar teorias a respeito do Oriente, dos seus povos, dos seus costumes e da sua mentalidade formaram uma distinção ontológica entre “Oriente” e “Ocidente”.

Nesse sentido, o Oriente está apenas intimamente ligado à Europa, ele é o lugar das mais antigas colônias europeias, portanto também é fonte de suas civilizações e línguas, mas também um rival cultural e “*uma das suas imagens mais profundas e mais recorrentes do Outro.*” (SAID, 2007;28). O Oriente também surge como uma categoria a qual ajuda a definir a Europa (Ocidente) e é a partir do antagonismo com o Oriente que a Europa surge com sua “*imagem ideia*” e com sua “*experiência contrastante*”.

O Oriente é uma parte integrante da civilização e da cultura material europeia.  
O Orientalismo expressa e representa essa parte em termos culturais e mesmo



ideológicos, num modo de discurso baseado em instituições, vocabulário, erudição, imagens, doutrinas, burocracias e estilos coloniais (SAID, 2007:28).

A ligação entre as duas primeiras definições de Orientalismo dadas por Said está na relação entre discurso e poder. A produção de conhecimento e a construção de um discurso sobre o Oriente nunca foi neutra, mas sim fruto de um desejo de dominação, sempre esteve intimamente ligada às relações de poder. As universidades ocidentais contribuíram para a construção desse discurso que justifica a dominação através da colonização do Oriente. Por isso, Said nos dá como terceira definição de Orientalismo o discurso de poder:

Orientalismo pode ser discutido e analisado como a instituição autorizada a lidar com o Oriente - fazendo e corroborando afirmações a seu respeito, descrevendo-o, ensinando-o, colonizando-o, governando-o: em suma, o Orientalismo como um estilo ocidental para dominar, reestruturar e ter autoridade sobre o Oriente (SAID, 2007; 29).

Assim, o *Orientalismo* não foi criado somente a partir de ocupações militares coloniais, mas também como um sistema de conhecimento sobre o Oriente. Entendê-lo como um discurso é essencial para compreender como a Europa foi capaz de manejar e produzir o Oriente política, sociológica, militar, ideológica, científica e imaginativamente (SAID, 2007;29). Esse discurso de poder é usado para manter e justificar o lugar de subalternização e dominação do Oriente por parte do Ocidente, o que nos mostra que o sujeito e o mundo oriental foram construídos a partir do discurso propagado *pelo* sujeito ocidental *no* mundo ocidental. Trata-se de uma estrutura que constrói um mundo a partir de fragmentos encaixados e conectados em discursos repetidos até que se chegasse em estereótipos, levando à construção de uma imagem estereotipada não só desse outro mundo, como também do sujeito que nele vive. O *outro* é construído a partir de pequenos fragmentos e a dominação colonial é justificada.

(...) os principais dogmas do Orientalismo persistem na sua forma mais pura nos estudos árabes e islâmicos. Vamos recapitulá-los: um dos dogmas é a diferença absoluta e sistemática entre o Ocidente, que é racional, desenvolvido, humanitário, superior, e o Oriente, que é aberrante, não desenvolvido, inferior. Outro dogma é que as abstrações sobre o Oriente, particularmente as baseadas em textos que representam uma civilização oriental “clássica”, são sempre preferíveis a evidências diretas tiradas das modernas realidades orientais. Um terceiro dogma é que o Oriente é eterno, uniforme e incapaz de se definir (...). Um quarto dogma é que o Oriente é no fundo algo a ser temido (o Perigo Amarelo, as hordas mongóis etc.) ou controlado (pela pacificação, por pesquisa e desenvolvimento, pela ocupação cabal sempre que possível) (SAID, 2007; 401- 402).

O discurso de construção do *outro* oriental foi transmitido e perpetuado a partir de instituições acadêmicas, literatura, romances, poesias, teorias que foram construindo e

reconstruindo o sujeito oriental. O Orientalismo serve então como um discurso capaz de promover, favorecer e justificar práticas de dominação, controle e exploração do outro, que neste caso é o Oriente, com seu sujeito oriental. Dessa forma, para além da força física e das ações militares de dominação percebe-se também esse discurso que resguarda tais ações.

Assim, o orientalismo surge como uma *rede* que filtra o Oriente da mente ocidental. A hegemonia do Ocidente sobre o Oriente foi calcificada em um território imaginativo e intelectual, por uma vasta produção intelectual com peso político e ideológico, gerando um *intercâmbio* de ideias que foram sendo formuladas e reformuladas por autores individuais e grandes interesses políticos, principalmente de três grandes impérios, o britânico, o francês e o estadunidense. Assim, o Oriente foi construído como um lugar perigoso, onde vivem seres exóticos, sujeitos excêntricos e perigosos, característica as quais o Ocidente foi colocado como o oposto de tudo isso.

Num lado, há ocidentais, e no outro, há árabes-orientais, os primeiros são (em nenhuma ordem particular) racionais, pacíficos, liberais, lógicos, capazes de manter valores reais, sem suspeita natural; os últimos não são nada disso. De que visão coletiva e ainda assim particularizada do Oriente provêm essas informações? (SAID, 2007; 84).

Tudo isso acabou por gerar uma desumanização a qual Said, sendo palestino e vivendo no Ocidente, relata ter vivido na pele:

A vida de um palestino árabe no Ocidente, particularmente na América, é desanimadora. Há, nesse ponto, um consenso quase unânime de que politicamente ele não existe e, quando lhe é permitida a existência, ele aparece como um incômodo ou como um oriental. A teia de racismo, estereótipos culturais, imperialismo político, ideologia desumanizadora que reprime os árabes ou os muçulmanos é realmente muito forte, e essa teia é o que todo palestino vem a sentir como seu destino singularmente punitivo (SAID, 2007; 59).

Dessa forma, a categoria *Orientalismo* agrega uma série de definições e limitações que englobam o Oriente, sem as quais não conseguimos atualmente pensar em “Oriente” sem levar em consideração essa rede de definições já consolidadas. Foi a partir delas que a “cultura europeia ganhou força e identidade ao se contrastar com o Oriente” (SAID, 2007;30). A criação de consensos, capazes de legitimar as atrocidades cometidas pelas nações imperialistas no Oriente Médio, acaba por validar as ações de apagamento e submissão de palestinos dentro e fora de seu território, pelo Estado israelense e por outros Estados ocidentais.

Ao analisarmos o movimento de colonização do território palestino e a sua legitimação através do discurso do Orientalismo, pensamos no paralelo existente entre este discurso e o

discurso que legitima o apagamento e inferiorização do *outro*, denunciado por autores do pensamento decolonial. Este discurso também constrói a ideia de *outro* (neste caso, negros e ameríndios) e o localiza abaixo de uma linha abissal que define o ser e o não ser e separa humanos de sub-humanos, fazendo com que aqueles que fossem localizados abaixo da linha dos seres sofressem um processo de apagamento físico e epistêmico.

A atitude colonial do ocidente, numa tentativa de arquétipo simplista, torna tudo que não é *européu/euro-norte-americano* (GROSFOGUEL, 2009; 41) periférico, medido por sua própria régua, irrelevante e/ou inexistente. E mesmo nas Américas ou na África, a Europa “*concentrou sob sua hegemonia o controle de todas as formas de controle da subjetividade, da cultura, e em especial do conhecimento, da produção do conhecimento.*” (QUIJANO, 2005; 121).

## A CONSTRUÇÃO DO SUJEITO PALESTINO COMO *OUTRO*

A Colonialidade busca tornar o colonizado alguém incapaz de combater e incapaz de resistir, dissipando a capacidade de autognose necessária para o autorreconhecimento enquanto não-europeus. “*Os povos colonizados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e conseqüentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais*” (QUIJANO, 2005: 118). A Colonialidade do Saber<sup>40</sup> detém o poder de criar discursos e imagens que tornar-se-ão gestos, ações pragmáticas que perpetuam o lugar de subalternidade.

Podemos destacar a organização social dicotômica (ser e não-ser) que nos faz lembrar das colocações de Boaventura de Sousa Santos, quando nos alerta sobre os “lados”, fazendo uso de um caráter de oposição entre as posições distintas que ocupam europeus e não-europeus. Essa ideia “abissal” de profundidade que estabelece uma cisão e separa em duas partes a sociedade, compõe o pensamento ocidental moderno e é apresentada pelo autor:

O pensamento moderno ocidental é um pensamento abissal. Consiste num sistema de distinções visíveis e invisíveis, sendo que estas últimas fundamentam as primeiras. As distinções invisíveis são estabelecidas por meio de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o “deste lado da linha” e o “do outro lado da linha”. A divisão é tal que “o outro lado da linha” desaparece como realidade, torna-se inexistente e é mesmo

---

<sup>40</sup>MALDONADO-TORRES, in BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N. GROSFOGUEL, Ramón. Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. Versão E-book Kindle.

produzido como inexistente. Inexistência significa não existir sob qualquer modo de ser relevante ou compreensível (SANTOS, 2007; 79).

Essa inexistência do outro, esse apagamento produzido pelo pensamento moderno ocidental produz epistemicídios (SANTOS, 2014: s/p), historicídios (DE MORAES, 2020: s/p), assassina culturas e, sobretudo, perpetua o assassinato físico de povos inteiros. O *outro*, segundo essa lógica, não possui dignidade humana para aqueles que os dominam, são corpos sub-humanos

“Seres inferiores na escala do ser, e as suas vidas pouco valor têm para quem os oprime, sendo, por isso, facilmente descartáveis” e os territórios que ocupam são igualmente considerados territórios de ninguém, daí a ideia de que foram “descobertos” e poderiam ser tomados ao bel-prazer daqueles que os “descobriram” (SANTOS, 2018; s/p).

Ao pensarmos de acordo com Boaventura de Sousa Santos sobre a organização social enquanto uma ruptura abissal, não podemos negligenciar que essa linha tênue a qual o autor se refere está entrelaçada essencialmente com a perspectiva eurocêntrica. É nesse apagamento, nesse silenciamento histórico que a Colonialidade toma forma, realizando epistemicídios, assassinando culturas e povos de uma parcela significativa do globo. Há uma prática indiscriminada de invisibilizar a realidade social alheia, negando a sua própria existência, o seu modo, a sua pluralidade e a sua história.

Às populações e aos corpos racializados não é reconhecida a mesma dignidade humana que é atribuída aos que os dominam. São populações e corpos que, apesar de todas as declarações universais dos direitos humanos, são existencialmente considerados sub-humanos, seres inferiores na escala do ser, e as suas vidas pouco valor têm para quem os oprime, sendo, por isso, facilmente descartáveis. Foram inicialmente concebidos como parte da paisagem das terras “descobertas” pelos conquistadores, terras que, apesar de habitadas por populações indígenas desde tempos imemoriais, foram consideradas como terras de ninguém, terra nullius. Foram também considerados como objetos de propriedade individual, de que é prova histórica a escravatura. E continuam hoje a ser populações e corpos vítimas do racismo, da xenofobia, da expulsão das suas terras para abrir caminho aos megaprojetos mineiros e agroindustriais e à especulação imobiliária, da violência policial e das milícias paramilitares, do tráfico de pessoas e de órgãos, do trabalho escravo designado eufemisticamente como ‘trabalho análogo ao trabalho escravo’ para satisfazer a hipocrisia bem-pensante das relações internacionais [...] (SANTOS, 2018;s/p)

Apesar de ter sido escrita pensando num contexto decolonial, no sentido de que “as populações e corpos”, citadas no texto, a princípio são populações e corpos indígenas e africanos, o discurso que tira a humanidade do diferente, que trata o outro como animal foi proferido por Yoav Gallant, ministro da defesa de Israel. Aqui percebemos fortemente a ideia característica do pensamento moderno/colonial de que o *outro* não pode ser humano, mas

sempre um inimigo, um diferente, e muitas das vezes, refletindo a ideia de um animal, um selvagem, um ser vivo irracional e violento.

Assim como o sujeito palestino é colocado como um *animal*, perdendo toda a sua dignidade e características humanas, a terra do colonizado palestino (da mesma forma que o colonizado indígena ou africano) foi considerada uma “terra de ninguém”, podendo ser ocupada e utilizada de acordo com os interesses do colonizador. Este plano de ocupação que anula a existência humana do *outro* e se apropria deste sujeito, assim como de suas terras, estava em voga mesmo antes da oficialização do Estado de Israel em 1948. O discurso do Primeiro Ministro Britânico, Lloyd George, no Jantar do Movimento Sionista de 1931, em Londres, resume a narrativa sionista sobre a Palestina antes da chegada dos judeus: “*Na Palestina, brejos inférteis e infestados são convertidos em belos assentamentos. A terra rendeu colheitas, com águas que estavam a perder desde os primeiros dias da criação*” (AL JAZEERA, 2011; 32:53min)<sup>41</sup>.

A mesma narrativa, produzida pelo pensamento moderno ocidental e adaptada pelo movimento sionista, também pode ser encontrada na cobertura da mídia hegemônica sobre a escalada do conflito no Oriente Médio: “*Sinwar: um monstro com o qual nunca haveria possibilidade de acordo*” (Gryzinski, 2024; s/p)<sup>42</sup>. Nesta matéria da revista Veja, por exemplo, o líder do Hamas, o palestino Yahia Sinwar<sup>43</sup>, morto pelo exército israelense, tem toda a sua história de luta e resistência à ocupação israelense em território palestino anuladas, para ser descrito como um “monstro” ou como um “homem perverso, como um psicopata do mais alto teor” e mesmo quando a ele são atribuídas características humanas: “mas não um desequilibrado mental” é de forma a demonizá-lo. Isso é feito também quando falas de Michael Koubi, membro do serviço de inteligência interno de Israel, ditas ao *New York Times*, são inseridas no corpo da notícia: “Sinwar nunca, nunca, nunca aceitará a paz” e “Enquanto viver, vai fazer outros massacres...tem que ser morto.” Para além disso, o jornalista finaliza a matéria afirmando que:

O mal não pode vencer, mas Israel tem ainda pela frente a missão mais difícil de todas, que é restaurar o bem e poupar vidas inocentes, arrastadas para a

---

<sup>41</sup> Al Nakba é um documentário dividido em duas partes produzido pela Tv Al Jazeera. A partir de documentos, vídeos, relatos de sobreviventes e pesquisadores, o documentário resgata a origem da “Catástrofe Palestina” (Al Nakba) desde antes da oficialização do Estado de Israel (1º Parte disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=-M9Hm49sS7Y&t=3499s>>. Acesso em 27 nov 2024); (2º Parte disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=rGZymqK3roc>>. Acesso em 27 nov 2024).

<sup>42</sup> Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/coluna/mundialista/sinwar-um-monstro-com-o-qual-nunca-haveria-possibilidade-de-acordo/>>. Acesso em 30 out. 2024.

<sup>43</sup> Seu nome completo é Yahya Ibrahim Hassan Sinwar.

espiral de destruição na qual homens como Sinwar e Nasrallah [líder do Hezbollah, morto também numa ação do exército israelense] apostaram tudo (VEJA, 17/10/2024).

Corroborando a dicotomia simplista entre bem e mal, própria do pensamento moderno ocidental, é que a narrativa da matéria da “Veja” tira a dignidade dos líderes da resistência palestina, reduzindo sua humanidade a uma sub-humanidade, demonizando sua existência e justificando seu assassinato.

Tal distinção central deixa de fora todo um território social onde essa dicotomia seria impensável como princípio organizador, isto é, o território sem lei, fora da lei, o território do a-legal, ou mesmo do legal e ilegal de acordo com direitos não reconhecidos oficialmente. Assim, a linha abissal invisível que separa o domínio do direito do domínio do não direito fundamenta a dicotomia visível entre o legal e o ilegal que deste lado da linha organiza o domínio do direito. Em cada um dos dois grandes domínios — a ciência e o direito — as divisões levadas a cabo pelas linhas globais são abissais no sentido de que eliminam definitivamente quaisquer realidades que se encontrem do outro lado da linha (SANTOS, 2007; 73).

Tratando-se de território palestino, essa linha abissal se torna também um obstáculo físico. As barreiras que separam o legal e o ilegal podem ser empreendidas através das cores das placas de carro, que designam quem pode circular livremente por todo o território da Cisjordânia, daqueles que não são autorizados a entrar em Israel<sup>44</sup>, ou podem ser sentidas por aqueles que possuem determinada cor na carteira de identidade

Portadores de uma carteira de identidade laranja ou verde, os palestinos da Cisjordânia, com efeito, são proibidos pelas autoridades israelenses de permanecer em Jerusalém entre as 19 horas e 5 horas da manhã, sob pena de prisão e multa, mesmo quando têm autorização de entrar. E aos palestinos de Jerusalém Oriental, portadores da carteira de identidade azul de ‘residentes permanentes’, é proibido viver fora da cidade por mais de sete anos. Os que vão além desse período e caem na malha da polícia perdem o direito de residência e os privilégios que o acompanham: autorização de trabalhar em Israel, benefício da segurança social e do sistema escolar israelenses, placa de automóvel amarela (como os israelenses), possibilidade de circular em Israel e utilizar o aeroporto de Tel Aviv nas viagens ao exterior (BACKMANN, 2012;21)

Mas a linha abissal pode ser uma barreira física, como o muro/barreira construído ao longo de 650 quilômetros na Cisjordânia, ocupada pelo governo de Israel. Segundo René Backmann, após pesquisas de campo, a obra, considerada uma “barreira de segurança” pelos

---

<sup>44</sup> Na Cisjordânia ocupada as placas de carro com cor amarela são israelenses. Estas podem circular livremente por todo o território, exceto em áreas restringidas pelo exército (placas negras) ou pela polícia (placas vermelhas). Já os automóveis com placa verde ou branca são da Palestina, estes não são autorizados a entrar em Israel e só podem circular na Cisjordânia em áreas em que o motorista obteve autorização para isso.

israelenses, para os palestinos não passa de mais um “muro de separação” que foi construído com o objetivo de anexar mais terras palestinas pelo governo de Israel. Neste caso, essa barreira física dificulta ainda mais a vida daqueles que possuem carteira de identidade laranja ou verde e precisam se deslocar para o trabalho ou para visitar a família do outro lado do muro: *Em outras palavras, construir um muro ali significava simplesmente dividir famílias e cortar com uma machadada vínculos humanos, sociais e econômicos estabelecidos há décadas* (BACKMANN, 2012; 22).

A linha abissal também pode ser a barreira física que vai determinar a sobrevivência daqueles que estão do outro lado dessa linha. Segundo José Carlos Garcia<sup>45</sup>, as barreiras impostas pelo governo de Israel, mesmo antes da escalada do conflito iniciada em outubro de 2023, são barreiras que fiscalizam e impedem ou não a passagem para o lado palestino, desde medicamentos até sinal de internet, são linhas físicas a partir das quais podemos entender na prática a quem é dado o direito de existir e a quem é barrado esse direito, quem está do lado do ser e quem está do lado do não-ser:

Tudo o que ingressa nas áreas palestinas – água, energia elétrica, gás, sinais de rádio e televisão, internet, medicamentos, absolutamente tudo, inclusive pessoas – é controlado em check-points das forças israelenses, ao longo de muros de 8m de altura com torres de vigilância. Eu vi e passei por estes check-points (GARCIA, 2023; s/p).

A mesma analogia existente entre a linha do ser e do não-ser, essa linha abissal pode ser pensada no caráter dicotômico presente em Quijano acerca da construção das relações de dominação entre europeus e não-europeus como uma espécie de legitimação entre as relações de superioridade e inferioridade. Podemos verificar que:

A posterior constituição da Europa como nova id-entidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus. Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas ideias e práticas de relações de superioridade/ inferioridade entre dominantes e dominados. Desde então demonstrou ser o mais eficaz e durável instrumento de dominação social universal, pois dele passou a depender outro igualmente universal, no entanto mais antigo, o intersexual ou de gênero: os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e conseqüentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais. Desse modo, raça converteu-se no primeiro critério fundamental para

---

<sup>45</sup> Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2023/10/27/um-grito-de-desespero-e-uma-advertencia>>. Acesso em 20 nov. De 2024.

a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. Em outras palavras, no modo básico de classificação social universal da população mundial (QUIJANO, 2005; 118).

É importante destacar que o debate instaurado por Quijano coloca em voga não apenas questões identitárias deslegitimadoras, mas, igualmente, o próprio epistemicídio dessas identidades. Trata-se de uma lógica na qual a dominação europeia em relação aos não-europeus se deu através do controle dos meios, nesse caso, o conhecimento. Logo, é produzida uma ressonância semiótica que inviabiliza o protagonismo não-europeu, realizando o apagamento dos sujeitos sociais, suas identidades e existências. Há intencionalmente o controle de corpos e memórias, o controle dos discursos e a manutenção dos privilégios a partir da premissa classificatória, segundo o qual a Europa é considerada superior e as características, qualidades, marcas, e posições dos não-europeus são vistas como inferiores, rechaçadas e deslegitimadoras.

Para Frantz Fanon, não há imparcialidade quando as estruturas são projetadas a partir das questões coloniais. Estar num contexto de invisibilidade é, de fato, não fazer parte do ideário nuclear europeu, branco, xenófobo, misógino e perverso que dissemina através do exercício da violência a manutenção de seus interesses político-econômicos e que busca fazer-se internacional:

[...] Quando se observa em sua imediatidade o contexto colonial, verifica-se que o que retalha o mundo é antes de mais nada o fato de pertencer ou não a tal espécie, a tal raça. Nas colônias a infraestrutura econômica é igualmente uma superestrutura. A causa é consequência: o indivíduo é rico porque é branco, é branco porque é rico (FANON, 2018;29).

O processo de organização social descrito acima por Fanon demonstra que há um corte específico que atravessa a sociedade; essa espécie de “fender” dilacera o corpo social, dividindo-o entre os favorecidos e os desfavorecidos, senhores e servos. O processo de epidermização da inferioridade organiza as Relações Internacionais. A Colonialidade acentua as diferenças e coloca o subalternizado numa condição humana de invisibilidade, ou pior, sub-humana. É instaurado o processo de apagamento do sujeito. A perspectiva eurocêntrica aniquila qualquer possibilidade de horizontalizar os discursos. Há no domínio do saber e do poder um controle e exercício de opressão.

Na América, os pretos são mantidos à parte. Na América do Sul, chicoteiam nas ruas e metralham os grevistas pretos. Na África Ocidental, o preto é um animal. E aqui, bem perto de mim, ao meu lado, este colega de faculdade, originário da Argélia, que me diz: ‘Enquanto pretenderem que o árabe é um homem como nós, nenhuma solução será viável’ (FANON, 2008;106).



Desse modo, o colonizado é aquilo que o colonizador diz, detendo, assim, a sua história, a sua cultura e a sua existência. A política que exporta o saber da metrópole para a colônia é uma política externa ocidentalizada, uma relação bilateral desigual onde o poder emana do colonizador sobre o colonizado.

É nesse sentido que conseguimos entender se legitima a negação e/ou inferiorização do outro. O discurso que nega ou diminui o *status* de ser humano ao árabe-palestino foi sendo produzido por pensadores europeus e judeus sionistas. Enquanto na palestina a terra era cultivada, as cidades e os vilarejos eram construídos e habitados pelos seus nativos, os quais se sentiam pertencentes a uma nacionalidade ou reconheciam sua soberania como povo. Sua presença física real foi ignorada e mais tarde, quando árabes-palestinos foram considerados, foi para serem tratados como um “detalhe incômodo” (SAID, 2012; 75).

Desde o início do sionismo a propaganda produzida por este movimento aproximava Israel de uma tradição ocidental bíblica e distanciava os árabes de traços humanos. O epistemicídio das identidades árabes e, em especial, palestina, começou a ser produzido a partir desse momento. Segundo esse discurso, potencializado ao máximo após os horrores do holocausto e a oficialização do Estado de Israel, os israelenses *eram soldados, sim, mas também agricultores, cientistas e artistas e a terra da Palestina era tida como uma terra árida e deserta* antes da chegada dos judeus, que a transformaram em uma terra boa para o cultivo. Além disso, no discurso ocidental, os palestinos não eram incluídos em uma nacionalidade específica, mas generalizados, tratados como árabes ou *criaturas anônimas* (SAID, 2012; XXV).

Mais importante ainda, Israel representava (embora nem sempre desempenhasse esse papel) uma nação em busca de paz, ao passo que os árabes eram belicosos, sanguinários, exterminadores em potencial e reféns mais ou menos eternos de uma violência irracional (SAID, 2012; XXV).

Neste caso, observamos como a existência e a identidade dos sujeitos colonizados foram sendo produzida pelos colonizadores ao mesmo tempo em que seu protagonismo como sujeitos não-judeus foi sofrendo um apagamento. A Europa (e evidentemente os Estados Unidos e seu principal aliado no Oriente Médio, Israel) produz um estereótipo do subalterno, uma espécie de arcabouço semântico sobre o inferiorizado em que mantém assegurado o seu exercício de poder. Ao produzir um discurso sobre *o outro*, concebe um olhar distópico sobre a própria história, sempre evidenciando conquistas e vitórias, valorizando episódios de barbárie e silenciando conhecimentos e resistência.

Nossos aliados nessa luta devem estar comprometidos em realizar os esforços de intervir criticamente no mundo das imagens e transformá-lo, conferindo uma posição de destaque em nossos movimentos políticos de libertação e autodefinição. [...] a questão da raça e da representação não se restringe apenas a criticar o status quo. É também uma questão de transformar as imagens, criar alternativas, questionar quais tipos de imagens subverter, apresentar alternativas críticas e transformar nossas visões de mundo e nos afastar de pensamentos dualista acerca do bom e do mau (HOOKS, 2019;36, 37).

Observemos o que há de comum nas perspectivas dos autores citados: tanto Aníbal Quijano, Boaventura de Souza Santos e Frantz Fanon apresentam argumentos raciais para materializar as premissas usadas pelos europeus contra não-europeus, deixando evidenciado o olhar xenófobo e racista do colonialismo como um de seus pilares para oprimir e segregar.

A cidade do colonizado, ou pelo menos a cidade indígena, a cidade negra, a cidade árabe pobre, a reserva, é um lugar mal afamado, povoado de homens mal afamados. Aí se nasce não importa onde, não importa como. Morre-se não importa onde, não importa de quê. É um mundo sem intervalos, onde os homens estão uns sobre os outros, as casas umas sobre as outras. A cidade do colonizado é uma cidade faminta, faminta de pão, de carne, de sapatos, de carvão e de luz. A cidade do colonizado é uma cidade acocorada, uma cidade ajoelhada, uma cidade acuada. É uma cidade de negros, uma cidade de árabes (FANON, 2018; 29).

As dicotomias apresentadas por Said, Quijano, Santos e Fanon de: oriental, ocidental, ser, não-ser, humano, sub-humano, europeu, não-europeu não devem estar limitadas às artificiais fronteiras dos Estados Nacionais mediante uma perspectiva eurocêntrica, que simplesmente reproduz o olhar do colonizador e a manutenção da Colonialidade. Olhar o conflito Israel-Palestina como algo localizado no Oriente Médio é ignorar toda uma estrutura global de poder por detrás de um lado, tal qual todo o processo de subalternização do outro. É ignorar que o colonialismo do ocidente opera a nível internacional.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo traçamos um paralelo entre as teorias pós-coloniais e o conflito no Oriente Médio. Vimos como foi criada a dicotomia entre Oriente e Ocidente através do discurso propagado por potências imperialistas e como, a partir deste discurso o *outro* foi sendo constituído de acordo com a ótica do colonizador. Said nos mostra que, a partir de fragmentos, o Oriente foi fabricado como uma categoria estereotipada, só possível de ser replicada tantas vezes por se tratar de um discurso que carrega em si relações de poder. A subalternização do *outro* faz com que o discurso do colonizador seja propagado, construído e reconstruído até que se torne algo comum, uma *verdade* a serviço da manutenção dessa subalternização.

O ocidente possui o poder de criar discursos que ajudam a perpetuar o apagamento de sujeitos subalternos em diversos âmbitos (epistêmico, cultural, físico). Essas narrativas têm o poder de separar em lados distintos e opostos o que é válido e o que não é considerado válido, o ser e o não-ser, aquilo que é *verdade universal, daquilo que foi construído como uma teoria localizada*. É dessa forma que a Colonialidade consegue anular a existência do *outro* e enfraquecer sua resistência e sua capacidade de se reconhecer como sujeito para além da dualidade Ocidente (racional, maduro) e Oriente (irracional, infantil); europeu (ser humano) e não-europeu (abaixo da linha do ser). Assim, tudo que não se encaixa no modelo simplista e dualista *europeu ou euro-norte-americano*<sup>46</sup> torna-se inexistente, irrelevante, mítico, periférico. Vale lembrar que as normas para ser considerado *existente, válido* ou *verdadeiro* são ditadas a partir do pensamento moderno ocidental. Nessa esteira, a existência do *outro* é negada, sua pluralidade e suas heterogeneidades também o são.

Atualmente não só Gaza como Líbano, Síria, Iêmen e Irã entraram no “conflito” que está causando o genocídio do povo palestino e demais árabes que vivem nas regiões atacadas por Israel. Enquanto civis perdem suas casas e vidas, testemunhamos um discurso ocidental que fecha os olhos para isso e permanece corroborando com a “guerra” entre Israel e o Hamas.

Igualar palestinos a “animais” ou a “monstros” como vimos na declaração de Gallant ou na notícia do portal da revista “Veja” faz parte deste processo de apagamento e assassinato do *outro* como ser humano, de um povo, de uma cultura, de uma episteme. Para Said, o plano sionista e o discurso que o legitima considerava desde o seu início que a *Terra Santa* era despovoada, não por não haver habitantes, pessoas que viviam ali antes da concretização da ideia de fundação de um Estado judeu, mas sim porque os habitantes que haviam ali não possuíam o “*status* de habitantes humanos e soberanos”, algo que era e ainda é negado sistematicamente aos árabe-palestinos (SAID, 2012;74).

Esse discurso é uma construção própria do colonizador que, para conquistar terras e corpos, precisou primeiro inferiorizá-los, racializá-los, anulá-los como seres humanos, uma prática colonial, como nos mostrou Boaventura de Souza Santos, Aníbal Quijano e Frantz Fanon. É através delas que discursos capazes de inferiorizar o *outro* são criados e tem o poder

---

<sup>46</sup>GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Periferia*, v. 1, n. 2, 2009; 41.

de se tornar ações práticas que mantêm o lugar de subalternidade de sujeitos e povos colonizados.

A partir de um viés pós-colonial em escala internacional pudemos atentar para o processo de apagamento histórico do sujeito colonizado que tem contribuído para a manutenção de uma perspectiva eurocêntrica pautada em critérios raciais que colocam o europeu, o estadunidense e o israelense em uma posição de superioridade. Por outro lado, percebemos que “os povos colonizados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e consequentemente seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais”, como nos mostrou Quijano (2005; 118). Nossa análise não nos permite negligenciar a utilização do aparelho público do Estado enquanto instrumento de reificação dos valores do colonizador e seu processo de universalização. É preciso cruzar a linha abissal que separa o racional do irracional, o legal do ilegal, o real do irreal, subverter de forma insurgente o que está posto pela perspectiva colonialista. Há uma urgência não apenas em (re)pensar os lados e as fronteiras, mas em dissipá-las, ressignificá-las, lhes conferindo novas possibilidades.

## REFERÊNCIAS

- ADWAN, Sami; BAR-ON, Dan; NAVEH, Eyal. *Side by Side: Parallel Histories of Israel-Palestine*. New Press, 2012.
- AL JAZEERA. *Al Nakba Movie (1/2)*. [Filme-vídeo]. Produção Al Jazeera, 2011. 94min. Color. Som. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-M9Hm49sS7Y&t=3499s>. Acesso em: 20 nov. 2024.
- AL JAZEERA. *Al Nakba Movie (2/2)*. [Filme-vídeo]. Produção Al Jazeera, 2011. 102min. Color. Som. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rGZymqK3roc&t=2s>. Acesso em: 20 nov. 2024.
- ALONSO, Juan Francisco. Quais países apoiam e quais condenam a resposta militar de Israel aos ataques do Hamas. *BBC News Brasil*, 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cj78d7gzkl3o>. Acesso em: 28 nov. 2024.
- BACKMANN, René. *Um muro na Palestina*. Rio de Janeiro: Record, 2012.
- CEM caminhões que levavam alimentos para refugiados em Gaza são roubados. *UOL*, Belo Horizonte, 2024. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2024/11/18/caminhoes-saqueados-gaza.htm>. Acesso em: 26 nov. 2024.

- BIDEN diz que apoio dos EUA a Israel é ‘sólido como uma rocha e inabalável’. *Carta Capital*, 2023. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/biden-diz-que-apoio-dos-eua-a-israel-e-solido-como-uma-rocha-e-inabalavel/>. Acesso em: 27 nov. 2024.
- COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA. *Convenção (III) relativa ao Tratamento de Prisioneiros de Guerra*. Genebra, 1949. Disponível em: <https://ihl-databases.icrc.org/en/ihl-treaties/gciii-1949>. Acesso em: 28 out. 2024.
- COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA. *Convenção (IV) relativa à Proteção de Pessoas Civis em Tempo de Guerra*. Genebra, 1949. Disponível em: <https://ihl-databases.icrc.org/en/ihl-treaties/gciv-1949>. Acesso em: 28 out. 2024.
- COMUNICADOS DE IMPRENSA. Ataque de violência contra mulheres e crianças em Gaza é inaceitável, dizem especialistas da ONU. *Nações Unidas*, 2024. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/press-releases/2024/05/onslaught-violence-against-women-and-children-gaza-unacceptable-un-experts>. Acesso em: 27 nov. 2024.
- COMUNICADOS DE IMPRENSA. Mais mulheres e crianças mortas em Gaza pelo exército israelita do que em qualquer outro conflito recente num único ano. *Oxfam*, 2024. Disponível em: <https://www.oxfam.org.uk/media/press-releases/more-women-and-children-killed-in-gaza-by-israeli-military-than-any-other-recent-conflict-in-a-single-year/>. Acesso em: 27 nov. 2024.
- CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. *Informe de la Corte Internacional de Justicia*. Nações Unidas, 2023-2024. Disponível em: <https://www.icj-cij.org/sites/default/files/2024-10/2023-2024-es.pdf>. Acesso em: 6 dez. 2024.
- DE MORAES, Wallace. *As Origens do Necro-Racista-Estado no Brasil* - crítica desde uma perspectiva decolonial e libertária. *Revista Estudos Libertários*, ISSN 2675-0619, Rio de Janeiro, n. 6, p. 5-27, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/estudoslibertarios/article/view/39358>. Acesso em: 28 nov. 2024.
- DE MORAES, Wallace dos Santos. *Historicídio e as Necrofilias Colonialistas Outrocidas* - Uma crítica decolonial libertária. *OTAL*, s/p, 2020. Disponível em: <https://otal.ifcs.ufrj.br/uma-critica-decolonial-libertaria-historicidio-e-as-necrofilias-colonialistas-outrocidas-ncos/>. Acesso em: 13 dez. 2024.

- DECLARAÇÃO conjunta sobre Israel. *Embaixada e Consulado dos Estados Unidos no Brasil*, 2023. Disponível em: <https://br.usembassy.gov/pt/declaracao-conjunta-sobre-israel/>. Acesso em: 13 dez. 2024.
- FANON, Frantz. *Os condenados da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FRANÇA, Isadora G. *A Estrutura Ocidentalizada da imprensa no Brasil através da transmissão da Revolta dos Governados de 2013*. Revista Estudos Libertários, ISSN 2675-0619, Rio de Janeiro, n. 7, p. 113-139, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/estudoslibertarios/article/view/41053>. Acesso em: 12 dez. 2024.
- GARCIA, José Carlos. *Um grito de desespero e uma advertência*. Brasil de Fato, 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/10/27/um-grito-de-desespero-e-uma-advertencia>. Acesso em: 20 nov. 2024.
- GROSGOUEL, Ramón. *Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global*. Periferia, DOI: 10.12957/periferia.2009.3428, n. 2, p. 41-91, 2009. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/periferia/article/view/3428/2354>. Acesso em: 14 dez. 2024.
- GRZYNSKI, Vilma. *Sinwar: um monstro com o qual nunca haveria possibilidade de acordo*. *Veja*, 2024. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/mundialista/sinwar-um-monstro-com-o-qual-nunca-haveria-possibilidade-de-acordo/>. Acesso em: 30 out. 2024.
- HOOKS, bell. *Olhares Negros, raça e representação*. São Paulo: Elefante Editora, 2019.
- ISRAEL ataca comboio de ajuda humanitária e deixa mortos em Gaza. *UOL*, São Paulo, 2024. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2024/08/30/israel-ataca-gaza-e-atinge-veiculo-de-ong.htm>. Acesso em: 26 nov. 2024.
- ISRAEL: Fósforo branco usado em Gaza e no Líbano. *Human Rights Watch*, 2023. Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/news/2023/10/16/israel-white-phosphorus-used-gaza-lebanon>. Acesso em: 28 nov. 2024.

- MAGALHÃES, Juan. *O Dilúvio de Al Aqsa e a assimetria bélica na Faixa de Gaza*. Le Monde Diplomatique, 2024. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/o-diluvio-de-al-aqsa-e-a-assimetria-belica-na-faixa-de-gaza/>. Acesso em: 11 dez. 2024.
- MORAES, Wallace dos Santos de. *2013 Revolta dos Governados ou, para quem esteve presente, Revolta do Vinagre*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2018.
- QUIJANO, Aníbal. *Colonialidad del poder y clasificación social*. Journal of world-systems research, n. 2, p. 342-386, 2000.
- QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina*. In: LANDER, E. (Coord.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: Clacso, 2005.
- MALDONADO-TORRES, in BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSGOUEL, Ramón. *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.
- O GLOBO e Agências Internacionais - Gaza. Israel ataca comboio humanitário em Gaza após rota ter sido autorizada pelo exército, revelam documentos da ONU. *O Globo*, 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2024/02/21/israel-ataca-comboio-humanitario-em-gaza-apos-rota-ter-sido-autorizada-pelo-exercito-revelam-documentos-da-onu.ghtml>. Acesso em: 26 nov. 2024.
- CARTA das Nações Unidas. *ONU*, 1945. Disponível em: <https://www.un.org/es/about-us/un-charter/full-text>. Acesso em: 6 dez. 2024.
- SAID, Edward W. *A questão da Palestina*. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.
- SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SANTOS, Boaventura de Sousa.; MENESES, Maria Paula. *Epistemologias do sul*. São Paulo: Cortez Editora, 2014.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes*. Novos Estudos CEBRAP, p. 71-94, 2007.
- SIPRI 2023: Armamentos, Desarmamento e Segurança Internacional. *Anuário do SIPRI*, 2023. Disponível em: [https://www.sipri.org/sites/default/files/2024-04/2404\\_fs\\_milex\\_2023.pdf#page=2](https://www.sipri.org/sites/default/files/2024-04/2404_fs_milex_2023.pdf#page=2). Acesso em: 21 nov. 2024.